

O LAÇO ESPÍRITA – É PRECISO RENOVÁ-LO. AS BASES DO ECUMENISMO APLICÁVEIS AO MOVIMENTO ESPÍRITA

Milton Rubens Medran Moreira (*)
Porto Alegre-RS, Brasil

1. INTRODUÇÃO

Espiritismo e Espírita – O que é? Quem é?

Decorridos quase 150 anos desde que Allan Kardec sistematizou o Espiritismo, pode-se ainda reputar como aceitável o fato de a maioria das pessoas, mesmo naqueles países onde é relativamente forte o movimento espírita, não saber exatamente o que seja e o que não seja o Espiritismo, e, em consequência, que características e que convicções podem definir alguém como **espírita**.

A proposta kardequiana, formulada em meados do Século XIX, inaugurou um novo paradigma de conhecimento claramente revolucionário, envolvendo conceitos fundamentais das ciências, das religiões, da filosofia e da sociedade. Processá-los intelectualmente de formas a identificar com clareza aqueles elementos essenciais capazes de delimitar os conceitos **espiritismo** e **espírita** não se torna tarefa fácil para quem não mergulhar fundo na ampla proposta de Kardec e dos Espíritos que com ele metodizaram a nova proposta.

A amplitude da proposta espírita exige um meticuloso exame e a vivência plena de seus conteúdos para que ela seja minimamente entendida e conceituada. Quem olha de fora o Espiritismo, com muita facilidade, incorrerá no erro de tomá-lo por coisa que não é. Disse isso, com toda a clareza, Allan Kardec na sua famosa refutação ao artigo do Abade Chesnel: “ *O artigo publicado por vós em L’Univers, relativamente ao Espiritismo, contém vários erros que importa retificar e que, sem a menor dúvida, provêm de um incompleto estudo da matéria*”. (1). Ou seja, para saber o que é o Espiritismo há que estudá-lo. Olhá-lo pelo lado de fora, como o fez o padre parisiense, leva facilmente à deturpação de seu conceito. Quem, por exemplo, visualizá-lo unicamente sob o enfoque do fenômeno que ele terminou por popularizar, o da comunicação com os espíritos, será, com facilidade, conduzido a crer estar diante de uma seita iniciática que reedita antigas práticas egípcias ou primitivos

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

rituais indígenas. Ou o definirá simplesmente como prática de necromancia, como costumam fazer os crentes de algumas religiões. Quem não atentar para o caráter universal e perene de sua moral, calcada na lei natural, poderá interpretá-lo simplesmente como uma nova agrupação religiosa, ditando normas comportamentais que deverão distinguir seus profítes dentre os demais. Quem não vislumbrar no caráter holístico de suas concepções acerca do homem, do mundo e do universo uma proposta paradigmática revolucionária, não verá naquilo que denominamos *ciência espírita* mais do que um despropositado amontoado de pseudo conceitos científicos, relegando-a ao mesmo nível da ufologia, da astrologia, da quiromancia, da numerologia ou do ocultismo.

É claro que o Espiritismo transcende a isso tudo. Mas, isso é claro apenas para quem vivencia por inteiro sua ampla realidade. Quem está de fora, notadamente raciocinando sob o velho paradigma mecanicista, dificilmente resistirá à tendência de situá-lo simplesmente como mais uma religião, ou uma seita. Quando muito, uma filosofia de vida que distingue seus seguidores da maioria das outras pessoas. Isso se não situá-lo simplesmente no amorfo e multifacetado seio dos movimentos “new age”.

Entretanto, se, de certa forma é aceitável que pessoas alheias ao Espiritismo tenham extremas dificuldades de delimitar seu conceito e entender suas propostas, o mesmo não se pode dizer relativamente aos espíritas. Aqueles que têm atividade identificada com segmentos do movimento espírita mundial deveriam ter como programa prioritário a uniformização de critérios mínimos para identificar **quem é e quem não é** espírita. Essa preocupação deveria anteceder a qualquer esforço denominado **unificacionista**, cujo objetivo central tem sido, entre nós, o fortalecimento organizacional de seu movimento, a partir de uma estrutura estratificada de poder. A verdadeira unificação dá-se precisamente pelo concordância em torno de princípios básicos e fundamentais e que, por isso mesmo, se tornem capazes de criar um vínculo comum a todos os espíritas: o **laço**, referido por Kardec, em seu conhecido Discurso de Abertura.

Não se trata de buscarmos um conceito fechado, sectário. Pelo contrário, nossa preocupação deve ser a da abrangência, definindo, dentro dos critérios mais amplos permitidos pela pluralidade de visões possíveis de Espiritismo, o perfil mínimo que identifica o espírita.

Enfim, a questão que se apresenta é esta: o que identifica minimamente o verdadeiro espírita?

Esqueçamos, por ora, do conhecido axioma de Allan Kardec: *“Reconhece-se o verdadeiro espírita por sua transformação moral e pelo esforço que faz para dominar suas más inclinações”* (2). Essa afirmação diz

com as transformações naturais que deve experimentar aquele que optou pela doutrina espírita como roteiro de sua vida. A questão é anterior a esta: quais são os princípios básicos da doutrina espírita, aqueles indispensáveis para compor um corpo doutrinário, e que, aceitos, identificam uma pessoa como espírita?

Parece ao autor deste trabalho que o movimento espírita mundial vive, hoje, uma necessidade precípua de definir isso, exatamente para que a **unidade espírita**, já tão comprometida, não termine por se esfacelar completamente.

É que são freqüentes na história do movimento espírita tentativas de **exclusão** de pessoas ou grupos espíritas sob a alegação, expressa ou velada, de que, por assumir determinadas posturas, **já não mais são espíritas**. No atual momento histórico, todos o sabem, a divisão entre **laicos** e **religiosos** tem trazido à tona essas questões.

A bem de verdade, é preciso referir que os grupos que passaram a ser conhecidos como **laicos**, ou seja, aqueles que defendem não ser o Espiritismo uma **religião**, mas, uma **ciência** de cujo conhecimento defluem conseqüências **filosóficas**, capazes de conduzir a uma **moral** de caráter universal e assectário, não têm se expressado nesses termos ou demonstrado, mesmo veladamente, qualquer propósito excludente relativamente ao grupo dominante, que é o que defende o aspecto tríplice de ciência-filosofia-religião do Espiritismo.

Mesmo dentre os religiosos, há um respeitável número de líderes e pensadores que não colocam as coisas nesses termos de inconciliabilidade entre as duas correntes ou de impossibilidade de convivência de ambas as tendências num mesmo movimento. Entendem que essa é uma questão menor, plenamente superável ante a coincidência de pontos de vista no que diz com os princípios básicos kardequianos. É de se destacar, entre estes, o ex-presidente da Federação Espírita do Espírito Santo e autor do livro “Conscientização Espírita”, Gélio Lacerda da Silva, que tem propugnado pela união de todos os espíritas verdadeiramente kardecistas, entendendo que *“na área de adjetivação do Espiritismo, caminha-se em terreno movediço, porque há controvérsias. Espíritas religiosos e laicos defendem seus pontos de **vista baseados em Kardec**, prova evidente de que o assunto é contraditório, passível de contestação”* (3). Da mesma forma, o Dr. Ildfonso do Espírito Santo, eminente líder espírita do Estado da Bahia, cuja Federação Espírita estadual já presidiu, sendo atualmente presidente de seu Conselho de Administração, que, sobre a questão religião ou não-religião e acerca das conseqüências disso no movimento espírita, assim escreveu: *“A polêmica existente no meio espírita parece-nos perfeitamente dispensável. Ele (o Espiritismo) pode ser considerado uma religião ou não, a depender da pessoa, das necessidades, das carências de cada um. Aqueles que vêm nas conseqüências morais do Espiritismo, a motivação para sua edificação espiritual, para sua ascensão,*

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

muito bem. Pode aceitá-lo como tal, sem maior questionamento, sem querer arrebanhar os outros, com patrulhamentos e imposições.” (4)

Mas, os patrulhamentos e imposições a que se refere o Dr. Ildefonso, no caso, partindo de pessoas e instituições espíritas que julgam *conditio sine qua non* o conceito de religião no Espiritismo têm, de fato, prejudicado enormemente a consecução de um clima fraterno e minimamente civilizado no movimento espírita brasileiro e também de outros países da América Latina e, já, com alguma repercussão também entre os espíritas da Europa.

A título de exemplo desse tipo de atitude, reportamo-nos a artigo recentemente escrito por Josué de Freitas, intitulado “*Os Laicos e a Doutrina Espírita*” e que se encontra inserido em jornal virtual de home-page mantida pelo Grupo Espírita Bezerra de Menezes, de São José do Rio Preto. Nele, após uma análise (bastante parcializada, aliás) acerca de alguns posicionamentos dos denominados **laicos**, o autor, sem rodeios, declara que “*são gritantes as divergências entre os espíritas* (por ele assim considerados apenas os **religiosos e cristãos**) *e os laicos*. E que, por isso, os **laicos** “*deveriam fundar sua própria seita*”, ajustada ao fim que, segundo o articulista, é por eles perseguido: “*uma ação de intelectuais afins, com a intenção de criar um novo grupo de idéias, utilizando a filosofia espírita como trampolim para teses encontradas nas ciências sociais e políticas*”. E que, como não se ajustam ao Movimento Espírita “*que fundem uma seita para agregar seus simpatizantes*”. (5)

Em outro artigo do mesmo autor, sob o título de “*Laicos, Cultura e Sabedoria*”, o articulista estende sua condenação a uma entidade confederativa como um todo, declarando: “*A Confederação Espírita Panamericana (sic) – CEPA, não é um organismo legitimamente espírita. Seu caráter laico foi desvirtuado por pessoas que se deixaram levar pela vaidade e pelo espírito do falso saber. Só é verdadeiramente espírita os adeptos (sic) que aceitam o Espiritismo como Consolador prometido por Jesus ...*” (6).

Vê-se, assim, que há uma clara proposta de cisão, a partir da **exclusão** de pessoas e grupos que, segundo um ponto de vista, se dizem espíritas, mas não o são. Essa proposta, entretanto, faz-se ainda mais grave e preocupante quando, ao invés de partir, simplesmente, de um articulista, em nome próprio, ou de um grupo, provém de um organismo federativo.

E isso, exatamente, foi o que começou a acontecer no Brasil, no ano de 1994, a partir de uma circular em que a C.E.P.A. formulava um convite ao movimento espírita brasileiro de adesão àquela Confederação, especialmente dirigido àqueles grupos e instituições que comungassem com seus postulados. Na oportunidade, a Federação Espírita Brasileira, em editorial de sua revista oficial, entendeu tratar-se de uma “*intervenção indevida*” da C.E.P.A. no movimento espírita brasileiro (7) . Reagiu, depois, mais vigorosamente ainda

em outro editorial intitulado “*O Joio e o Trigo*”, onde defende a idéia de que não devem, “*os espíritas sinceros, os espíritas cristãos*”, ali comparados ao trigo da parábola evangélica, misturar-se com o joio, que seriam os espíritas identificados com a Confederação Espírita Pan-Americana: “*A vigilância torna-se imperiosa, especialmente diante desses imprudentes companheiros que prejudicam enormemente a Doutrina e seu movimento. Há que se aprender a conviver com eles, assim como o trigo que cresce com o joio, sem contudo se misturar*”. (8).

Bem mais recentemente, foi a Federação Espírita do Rio Grande do Sul que, declinando de convite formulado à sua Diretoria pela Comissão Organizadora deste Congresso para se fazer presente ao mesmo, se utilizou do episódio para enviar circular a todas as suas casas filiadas comunicando sua recusa ao convite, recomendando o não-comparecimento ao evento, em caráter representativo, e aproveitando o episódio para alertar suas instituições filiadas no sentido de “*não mais cederem espaço em suas tribunas aos expositores vinculados ao Centro Cultural Espírita de Porto Alegre (CCEPA) e à Confederação Espírita Pan-Americana (CEPA), entidades que semeiam insistentemente idéias contrárias aos princípios doutrinários, negando o aspecto religioso da Doutrina Espírita e opondo-se aos ideais do Cristianismo*” (9).

Ora, dizer, em documento oficial, que uma confederação espírita opõe-se a princípios doutrinários do Espiritismo e, por isso, recomendar às casas espíritas não convidarem para suas tribunas pessoas pertencentes àquela Confederação ou instituição a ela filiada é, claramente, afirmar que se está diante de pessoas não-espíritas. Mais do que isso: pessoas e instituições que esposam *idéias contrárias* àquilo por eles entendido como o verdadeiro Espiritismo.

2. DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Ecumenismo – o grade exemplo da comunidade cristã.

As citações feitas acima, e que são apenas algumas das tantas que se vêm utilizando na última década no Brasil, deixam claro estar vivendo o Movimento Espírita, hoje, situação muito semelhante à vivida pelo Cristianismo até meados do Século XX, quando, após séculos de escaramuças entre protestantes e católicos, estes, mais numerosos, principalmente na América Latina, resolveram atacar aqueles exatamente negando-lhes o qualificativo que ambos os grupos religiosos, em permanente disputa, tinham em comum, o de se considerarem *cristãos*. Quem o diz é um estudioso das relações catolicismo-protestantismo, ao escrever: “*Por isso, entre os católicos*

romanos procurava-se espalhar a idéia de que os protestantes não eram cristãos, mas pessoas pagãs, perigosas, más e heréticas” (10).

Foi precisamente esse estado de radicalização e de hostilidade que conduziu os cristãos à consciência de que algo deveria ser feito para reconduzi-los à unidade. Podemos hoje avaliar que um dos acontecimentos mais positivos do Século XX foi, certamente, esse movimento surgido na comunidade cristã do mundo que ganhou vulto precisamente em meados do século e ao qual se deu o nome de **ecumenismo**.

Etimologicamente, ecumenismo vem do grego *oikoumene*, derivado do substantivo *oikós* (casa, habitação) e do verbo *oikein* (habitar). O termo já fora usado por Heródoto com o sentido de casa habitada. Mais tarde, a palavra passou a designar terra conhecida, referindo-se, inicialmente, ao Império Helênico e, depois, ao Império Romano. O Cristianismo terminou por lhe dar uma amplitude maior, ou seja, todas as terras então habitadas e conhecidas: “*O evangelho do reino será proclamado em toda a oikoumene* (palavra normalmente traduzida como “mundo”), *em testemunho de todas as gentes, e, então, virá o fim*”. (11).

Modernamente, o termo foi usado pela primeira vez no ano de 1919, por um dos precursores do atual movimento ecumênico das igrejas cristãs, o arcebispo luterano Nathan Söderblom, de Uppsala, Suécia, em artigo em que lançou a idéia da criação de um “Conselho Ecumênico de Igrejas”. É a partir daí que, pisando em terreno movediço, enfrentando-se dificuldades partidas principalmente do grupo dominante, o católico romano, que esse movimento começa uma caminhada em busca da unidade cristã. Assim, em 1927, reuniu-se em Lausana, Suíça, a Primeira Conferência de “Fé e Constituição”. Fizeram-se presentes 394 delegados pertencentes a 108 igrejas diferentes. O curioso disso, como assinala o padre Jesús Hortal é que dele “*os católicos estavam completamente ausentes, por determinação da Santa Sé, que achou a conferência incompatível com o conceito católico de Igreja.*” (12). Houve mais uma dessas reuniões, em agosto de 1937, em Edimburgo, na Escócia, onde foi aprovada uma moção para a constituição do Conselho Mundial das Igrejas, que seria a grande instituição a implementar essa tarefa difícil de buscar uma unidade de uma Igreja que, desde seus primeiros séculos, sofrera dissensões e cismas, primeiro entre Oriente e Ocidente e, no Século XVI, com a mais séria de todas, que foi a Reforma Protestante, gerando período de grandes tensões e até de lutas armadas, marcando profundamente toda a história do Ocidente.

Os anos que decorreram entre a decisão da criação do CMI e sua efetiva fundação, em 1948, foram marcados por dificuldades enormes à sua implementação, principalmente pela superveniência da 2ª Guerra Mundial. Só em 22 de agosto se instalaria em Amsterdã, Holanda, a Assembléia Constitutiva

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

do Conselho Mundial de Igrejas à qual compareceram 350 delegados, representantes oficiais de 147 Igrejas, provenientes de 44 países. É, novamente, o jesuíta brasileiro Hortal que registra em seu livro sobre o assunto: “*em virtude de recusas anteriores, a Igreja católica romana não tinha sido convidada oficialmente. Houve, porém, convites a diversos teólogos católicos, a título pessoal. Mas o Santo Ofício, em 5 de junho de 1948, publicou uma severa advertência (monitum) proibindo a participação de católicos em reuniões ecumênicas, de acordo com o que estava disposto no Código de Direito Canônico de 1917. Mesmo assim, alguns sacerdotes católicos participaram da Conferência de Amsterdã, na qualidade de jornalistas.*” (13).

A partir de então, as Assembléias Gerais do CMI têm se realizado, geralmente, de sete em sete anos, cada vez com mais ampla participação. Para nosso breve estudo, convém se faça o registro da participação da Igreja Católica Apostólica Romana nessa caminhada. Segundo, ainda, o autor acima citado, somente na 3ª dessas Assembléias, em Nova Déli, no ano de 1961, os católicos romanos se fizeram presentes, mediante o envio de cinco “observadores oficiais”. Já na Quarta Assembléia, em Uppsala, Suécia, em 1968, a Igreja Romana, que acabara de celebrar o Concílio Vaticano II, que dera ênfase à questão do ecumenismo, fez-se presente com quinze observadores delegados e um certo número de hóspedes oficiais. Na mesma oportunidade, Paulo VI transmitiu uma mensagem ao presidente da Assembléia.

De lá para cá, o movimento ecumênico impulsionado pelo CMI tem tido um crescimento extraordinário. E a Igreja Católica, embora sem integrar oficialmente o dito Conselho, participa de suas reuniões e, no seu âmbito interno, estimula a unidade dos cristãos. Entretanto, como ainda assinala Padre Hortal, tem ela uma visão que difere fundamentalmente de todas as outras igrejas cristãs que buscam essa unidade. Para compreender isso, diz, “*é preciso levar em conta a eclesiologia católica. Como sabemos, de acordo com o Credo niceno constantinopolitano, a verdadeira Igreja de Cristo deve ser una, santa, católica e apostólica. A teologia católico-romana sempre afirmou que essas notas se cumprem, de fato, numa Igreja concreta – a católica romana. Por isso, embora não atinjam ainda a plenitude elas não são um dom simplesmente escatológico. Ainda mais, se não houvesse uma Igreja com essas características, teria falhado a promessa de Cristo, de permanecer sempre conosco até o fim dos séculos. A afirmação da continuidade da única Igreja de Cristo na comunidade universal que se reconhece unida a Roma não é, pois, fruto de um imperialismo religioso, mas exigência da própria fé na promessa do Senhor. Se Cristo edificou uma Igreja sobre a rocha e se as portas do inferno não prevaleceram contra ela, essa Igreja deve estar, de fato, presente em algum lugar*” (14).

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

Essa posição deixa bem claro que a Igreja romana deseja, sim, essa união. Mas não esconde que, por suas convicções doutrinárias, pretende uma **unificação** em torno de sua estrutura organizacional e hierárquica. Qualquer semelhança com o movimento espírita e seu processo de **unificação** não há de ser mera coincidência. No plano religioso, a questão da predestinação em que se sentem envolvidos determinados organismos, a partir da interpretação de certos tipos de **revelação**, é algo tão forte que tem o poder de impor a seus dirigentes a plena e firme convicção de que fora de se seio não há salvação. Sentem-se, e, diga-se de passagem, com toda a honestidade, depositários de uma missão da qual não lhes parece justo e nem lícito abdicar em favor de uma nova estrutura.

Há, entretanto, uma diferença que convém assinalar: a Igreja demonstra já ter superado estágios históricos que, ao contrário, o movimento espírita sequer está preparado para enfrentar. Vivemos, claramente, aquele momento, assinalado no breve esboço histórico acima, em que a Igreja ainda proibia o comparecimento às assembléias ecumênicas e o Santo Ofício advertia aqueles que ousassem contrariar a proibição. Não fomos capazes, sequer, ainda, de iniciar o diálogo entre as correntes espíritas. A questão da unidade não pode sequer ser discutida, ainda, no movimento espírita.

Que bela lição o Cristianismo está dando ao Espiritismo! Principalmente àquela vertente do Espiritismo que se diz cristã e imbuída da missão de reviver o Cristianismo primitivo!

A Busca da Base Comum

Neste final do Século XX, pode-se, sem dúvida, apontar o movimento ecumênico cristão como um dos mais importantes acontecimentos do século. Em apenas 50 anos floresceu, cresceu e permitiu o surgimento de uma sólida **identidade comum** que parte, inicialmente, do mútuo reconhecimento de que todos os membros das igrejas cristãs são **crístãos**. Esse é o fruto primeiro de um esforço que superou, como já se referiu neste trabalho, período marcado por um clima eminentemente hostil em que o movimento dominante, o católico, atingia todas as demais denominações com a pecha de que eram maus, hereges e, portanto, **não-crístãos**.

O primeiro trabalho, pois, foi da busca da *identidade* comum dos crístãos. Esse objetivo foi alcançado na Assembléia Geral do CMI de Nova Déli, em novembro/dezembro de 1961, na qual, como já se referiu, pela primeira vez a igreja romana se fez presente através de “observadores oficiais”. Ali, crístãos de todas as denominações, representando 198 igrejas, do Oriente e do Ocidente, dos blocos ortodoxos, católicos e protestantes, produziram um documento histórico, do qual, em linhas gerais, pode-se deduzir que são

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

reconhecidas como *cristãs* todas as pessoas que reunirem os seguintes requisitos:

- a – terem sido batizadas em nome de Jesus Cristo;
- b – confessarem o nome de Jesus Cristo como único Senhor e Salvador;
- c – aceitarem o dogma da Santíssima Trindade: Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo;
- d – Pregarem o mesmo Evangelho.

Essas bases fundamentais capazes de definir se uma Igreja é, efetivamente, cristã e, em consequência, seus membros e seguidores o sejam também, estão mais claramente definidas em um documento que é a base constitutiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), uma associação de igrejas cuja Assembléia Constitutiva teve lugar em Porto Alegre, RS., de 17 e 18 de novembro de 1982 e que tem, no plano restrito do território brasileiro, a mesma finalidade do CMI: a busca da unidade cristã. O documento aprovado na capital gaúcha assim se expressa:

“O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil é uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras e, por isso, procuram cumprir sua vocação comum para a glória do Deus Uno e Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, em cujo nome administram o Santo Batismo. O amor a Deus, a confissão de fé comum e o compromisso com a missão impulsionam as Igrejas-membros a uma comunhão cristã mais profunda e um testemunho comum do Evangelho no Brasil, no exercício do amor e serviço ao povo. Respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, as Igrejas-membros se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e através delas”.

Um conhecimento mínimo que se tenha do movimento cristão e de sua história irá nos atestar sobre as imensas diferenças doutrinárias existentes entre as diversas religiões cristãs. Diferenças às vezes bastante profundas, como, por exemplo, a célebre questão entre a fé e as obras, que foi uma das mais radicais ao tempo da Reforma: para os cristãos romanos, as boas obras podem levar à salvação, para os protestantes somente a fé salva. Ou a questão da predestinação defendida pelos protestantes, em contrapartida à visão do livre-arbítrio, admitido pelos católicos. O próprio destino da alma após a morte, questão teológica das mais importantes para qualquer religião, oferece divergências entre católicos e protestantes. Os primeiros defendem a sorte imediata a ser ditada a cada alma, por ocasião da morte: ou o céu de bem-aventurança eterna (que pode ser antecedido do purgatório), ou a imediata condenação, eterna também, ao inferno. Já para os protestantes, a alma,

separada do corpo, irá dormir até o dia do Juízo Final quando, de posse do corpo que teve na Terra, receberá o veredicto final de condenação ou salvação. Dessa questão resulta outra, doutrinariamente relevante a distinguir católicos e protestantes: aqueles, que defendem a possibilidade da conquista imediata do céu após a morte, têm seus santos e bem-aventurados, para os quais oram, prestam cultos e fazem promessas. Já os protestantes não prestam culto senão a Deus, pois não concebem um céu onde vivam santos, antes do Juízo Final. E também não fazem preces em favor dos mortos, que “dormem” e serão definitivamente julgados no fim dos tempos.

Isso tudo, sem se falar nos cultos, nos sacramentos diferenciados e inúmeras outras “concepções eclesiológicas” que, simplesmente, ficaram de fora da discussão, em favor de um bem maior: a unidade naquilo que entenderam básico e fundamental para alguém ser considerado *cristão*.

E os espíritas ?

A brevíssima digressão histórica que acima se fez mostra com clareza, porque o Espiritismo não cabe dentro do conceito de *cristão* ou de *cristianismo*. Um respeitável movimento de idéias hoje contando, já, com 2.000 anos de existência, foi, paulatinamente, mesmo à custa de disputas internas não apenas no plano das idéias ou da fé, mas também fundadas em posições sociais e políticas, definindo sua abrangência. Embora tenham sido diversas as tentativas para centralizar no campo da moral, do procedimento pessoal, o conceito de *cristão*, o que terminou vingando como definidor dessa condição foi a fé em um dogma religioso: **o que declara ser Jesus Cristo pessoa integrante de uma trindade divina e único capaz de salvar o homem após a morte**. Quem não aceita esse dogma e não tiver sido **batizado** por uma das Igrejas que o pregam **não é cristão**. Ora, esse é um conceito que, nós outros, devemos respeitar. Não caberá a nós, que temos concepções filosóficas totalmente divorciadas dessa linha de pensamento construída ao longo de 20 séculos, nos arvorar a dar outra definição do que seja **cristianismo** e de quem seja **cristão**. Nossa eventual insistência em nos dizermos cristãos gera neles indignação tão justa quanto a nossa, quando, por exemplo, um umbandista ou um seguidor da “santeria” praticada no Caribe se diz espírita.

Ora, diferentemente do Cristianismo, Espiritismo, mesmo reconhecendo no homem Jesus de Nazaré o sistematizador da mais perfeita moral já oferecida à Humanidade, não o identifica como Deus. Tampouco o vê como único salvador. Nem mesmo defende que o conhecimento específico de sua doutrina seja indispensável à salvação. Aliás, sequer inclui em seus ensinamentos o conceito salvacionista. Substitui-o pela noção evolucionista que alcança toda a humanidade, como lei da qual ninguém se pode furtar.

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

Há, assim, um abismo entre a doutrina cristã, tal como foi sendo definida historicamente, e o Espiritismo, embora haja plena coincidência entre a mensagem moral e libertadora de Jesus de Nazaré e a concepção ético-moral adotada pelo Espiritismo como necessária ao processo evolutivo do homem, em qualquer quadrante e cultura.

Não sendo, pois, o Espiritismo uma religião cristã, não cabia às igrejas cristãs integrá-lo nesse movimento ecumênico. Isso torna absolutamente impropriedade e destituída de qualquer racionalidade a queixa que às vezes se ouve de alguns espíritas, lamentando o fato de o Espiritismo não integrar esse importante movimento desencadeado no Século XX, embora seja popularmente visto, em quase toda a parte onde existe, como mais uma religião cristã. Até porque, equivocadamente, assim ele tem se definido publicamente.

Essas questões que, aliás, envolvem divergências internas mostram ser de todo conveniente que o movimento espírita, a exemplo do que fez o cristianismo, promova, nesta etapa de sua caminhada, um movimento com os mesmos objetivos e a partir de seus próprios fundamentos básicos. Há que se definir os requisitos fundamentais para que alguém tenha o direito de se dizer **espírita** e a prerrogativa de ser por seus irmãos reconhecido como tal.

Como não somos uma religião e não constituímos uma igreja, permaneça longe de nós qualquer idéia de outorga de um certificado ou a constituição de um selo a marcar indelével e inquestionavelmente essa condição, como o é o batismo para os cristãos. Nem é de ser exigido qualquer procedimento iniciático, litúrgico ou sacramental que outorgue essa condição. O que parece importante, sim, é expressarmos, com clareza, os **requisitos conceituais básicos** para que alguém, em qualquer parte do mundo, pertencendo ou não a esta ou aquela instituição, possa se dizer espírita, sem oposição dos demais espíritas do mundo. Sem os anátemas tantas vezes apontados por Kardec como obstáculos ao avanço do Espiritismo no mundo.

Tampouco se está propondo uma estrutura hierárquica única e verticalizada para congregar os espíritas. Estes, por definição, são homens livres, que chegaram às suas convicções graças a uma vocação livre-pensadora, dinâmica, progressista, questionadora e assectária. Associar-se-ão a partir de suas afinidades, livremente, em organismos que visam a cooperação mútua no progresso da ciência e da ética. Nelas não deve haver lugar para imposições dogmáticas ou autoritárias, mas apenas uma discreta vigilância no sentido de que aquelas conquistas expressas em postulados básicos, comprovados e unanimemente aceitos pela comunidade espírita mundial, não sejam deturpadas ou desviadas. Tarefa, aliás, que Kardec atribuiu aos Congressos Espíritas, juntamente com a de agregar a seu corpo doutrinário os novos conhecimentos revelados pela ciência.

3. CONCLUSÃO

Refazendo o laço

E que princípios serão esses a definir a condição de **espírita**?

No seu famoso *Discurso de Abertura*, pronunciado por Allan Kardec no dia 1º de novembro de 1868 na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, o fundador do Espiritismo definiu-os com clareza meridiana, assim :

"Crer num Deus todo-poderoso, soberanamente justo e bom; crer na alma e em sua imortalidade; na preexistência da alma como única justificação do presente; na pluralidade das existências como meio de expiação, de reparação e de adiantamento moral e felicidade crescente com a perfeição; na equitável remuneração intelectual; na perfectibilidade dos seres mais imperfeitos; na consequenciabilidade do bem e do mal , conforme o princípio: a cada um segundo as suas obras; na igualdade da justiça para todos, sem exceções, favores ou privilégios para nenhuma criatura; na duração da expiação limitada pela imperfeição; no livre-arbítrio do homem, que lhe deixa sempre a escolha entre o bem e o mal; crer na continuidade que religa todos os seres passados, presentes e futuros, encarnados e desencarnados; considerar a vida terrestre como transitória e uma das fases da vida do Espírito, que é eterna; aceitar corajosamente as provas, em vista do futuro mais invejável que o presente; praticar a caridade em pensamentos, palavras e obras na mais larga acepção da palavra; esforçar-se cada dia para ser melhor que na véspera, extirpando algumas imperfeições de sua alma; submeter todas as crenças ao controle do livre exame e da razão e nada aceitar pela fé cega; respeitar e não violentar a consciência de ninguém; ver enfim nas descobertas da ciência a revelação das leis da natureza que são as leis de Deus" (16).

No Centro Cultural Espírita de Porto Alegre (CCEPA), discutimos bastante a questão da busca de um conceito sintético de Espiritismo quando tratamos de elaborar o que chamamos de nossa *Carta de Princípios*. Ali terminamos por materializar os seguintes princípios como sendo os *Fundamentos do Espiritismo*:

1 - A existência de Deus como "inteligência suprema e causa primária de todas as coisas".

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

2 - *A evolução compreendida como lei geral a que tudo o que existe está submetido.*

3 – *A preexistência, sobrevivência e comunicabilidade do espírito que, depois do que chamamos morte, conserva todas as suas faculdades intelectuais, morais e volitivas.*

4- *A pluralidade das existências e dos mundos habitados como instrumentos do processo evolutivo.*

5 - *A lei de causa e efeito como disciplinadora da evolução no mundo físico e no mundo moral, tornando o homem responsável pelos seus atos e arquiteto do seu destino.*

São, pensamos, princípios básicos, fundamentais, constitutivos do que Maurice Herbert Jones, presidente do CCEPA, denomina o *Espiritismo mínimo* e cuja aceitação integral caracteriza o homem espírita, em qualquer quadrante do globo. Acrescer a esses conceitos outras concepções, como o fizeram os *espíritas evangélicos*, os *roustainguistas*, os *ubaldistas*, os *ramatizistas*, os *trincadistas*, etc., se constituirão em iniciativas a serem assumidas pelos respectivos grupos que as adotam e que, em hipótese alguma, poderão querer vincular seus conceitos particulares ao Espiritismo, enquanto ciência, filosofia e moral expressas nos fundamentos básicos acima expostos. Esses fundamentos constituem justamente aquele **“laço que deve unir todos os Espíritas”**, conforme assinalou Kardec no seu Discurso de Abertura (17), num raciocínio unificador e verdadeiramente **ecumênico**, no sentido mais moderno do termo.

Como consequência natural desses princípios básicos que constituem a ciência e a filosofia espírita, o homem espírita há de ser reconhecido, como o disse Kardec, *por sua transformação moral e pelo esforço permanentemente empregado para debelar suas imperfeições*. Será, dessa forma, a *moral espírita* o fruto a atestar a excelência da árvore que o produziu, sem que precisemos conceituá-la como moral *cristã* ou *evangélica*, ou *budista*, ou *muçulmana*, ou, ainda, qualquer outro adjetivo que lhe possa sugerir restrição ou rejeição por parte de algum segmento cultural ou religioso humano.

Sob um certo aspecto, o conceito kardequiano, que buscamos sintetizar acima, restringe uma concepção que, historicamente, já foi admitida como de Espiritismo e que tentou inserir Kardec não como o autêntico fundador do Espiritismo, mas apenas como a figura principal de uma de suas tendências. É bastante conhecida a concepção anglo-saxônica que excluía a idéia da reencarnação. Por algum tempo, a Federação Espírita Internacional – FEI – buscou congregar todos os “espíritas”, reencarnacionistas ou não. A evolução do pensamento espírita, no entanto, tende a fortalecer e universalizar a idéia das vidas sucessivas. No atual momento histórico, parece não mais fazer sentido

admitir um Espiritismo não-reencarnacionista, por duas razões: uma, porque a reencarnação é parte integrante e fundamental da obra de Allan Kardec, que foi quem cunhou os termos “espiritismo” e “espírita”, não sendo justo, assim, estender o conceito de espíritas a grupos ou pessoas que recusam algo que é central na filosofia codificada por Allan Kardec e pelo movimento de idéias por ele fundado; outra, porque, presentemente, mesmo nos países de cultura anglo-saxônica, a reencarnação é conceito em alta, principalmente nos Estados Unidos onde muitas entidades pertencentes ao ali chamado “New Spiritualism” progressivamente passam a admitir a tese reencarnacionista. E é justamente nos Estados Unidos, embora fora dos meios espíritas, que a idéia da reencarnação mais se tem desenvolvido, especialmente a partir de contribuições advindas da área da Psicologia e da Psiquiatria.

Mas, sob o ponto de vista do Espiritismo da Escola Francesa que deu origem às concepções espíritas latino-americanas, os pressupostos acima são bastante abrangentes. Neles, cabe, tranqüilamente, a inclusão tanto dos espíritas e das instituições que defendem o caráter religioso do Espiritismo, como, também, dos que o vêem como uma doutrina laica e livre-pensadora. O mais importante, entretanto, é que, a partir da uniformidade desse conceito, não haverá terreno para afirmações do tipo: “quem não considera o Espiritismo uma religião não é espírita” ou “quem não aceita o Espiritismo como o cristianismo redivivo não é espírita”. Conceitos dessa natureza, mesmo que baseados em autores respeitáveis, ou presentes em algumas idéias reproduzidas nas obras de Kardec, **não são essenciais** à doutrina espírita.

Como exemplo muito expressivo disso, temos a questão de se considerar o Espiritismo a Terceira Revelação Divina. Ora, esse é um conceito meramente acessório, que pode satisfazer a uma análise linear do desenvolvimento dos princípios que adotamos, tendo por enfoque apenas as três tradições que desembocaram na cultura ocidental: o judaísmo, o cristianismo e, finalmente, como queremos que seja, a proposta espírita, tentando fazer sua síntese. Entretanto, os princípios espíritas, tais como formulados acima, têm caráter universal e sua aquisição, necessariamente, não terá que obedecer a um esquema que passe pelas experiências históricas judaicas e cristãs. É um direito de qualquer espírita, principalmente, hoje, em tempos de cultura globalizada, questionar essa visão que se tornou estreita. Nem por isso, perderá ele a condição de espírita. Ao contrário, estará reconhecendo nas idéias espíritas o caráter de universalidade, dimensionando-as, corretamente, como leis naturais, aplicáveis a todas as culturas, em qualquer tempo e espaço.

Enfim, como destacou, com muita propriedade, o presidente da Confederação Espírita Pan-Americana, Dr. Jon Aizpúrua, em memorável conferência pronunciada na sede da União das Sociedades Espíritas de São Paulo, na noite de 16 de agosto de 1997, nós, espíritas, latino-americanos,

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

podemos nos orgulhar de mantermos uma quase completa unidade de pensamentos. Nossas discordâncias (e delas a que parece mais aguda, hoje, é a existente entre laicos e religiosos) não vão além de 10% das questões doutrinárias espíritas. E, como se procurou demonstrar neste trabalho, essas divergências não abrangem questões essenciais, substantivas, mas acessórias e adjetivas.

Ora, se concordamos, seguramente, em 90% do universo de nossas questões doutrinárias, a pequena margem de discordâncias, de forma alguma, justificaria as divisões existentes em nosso meio. Muito menos as grosseiras agressões que, às vezes, têm ocorrido. Preocupante seria, sim, se um grupo espírita se declarasse ateu. Ou se, entre nós, alguém negasse a mediunidade ou a reencarnação. Aí não seria nada produtivo integrarmos um mesmo movimento. Forçoso demais seria termos que nos reconhecer mutuamente como seguidores de uma mesma filosofia.

Na verdade, os cristãos e suas igrejas convivem com quadro de discordâncias muito mais dramático do que o nosso, envolvendo questões doutrinárias fundamentais. Apesar disso, foram inteligentes e hábeis o bastante para promover esse extraordinário movimento ecumênico que os qualificou como grupo, aproximou-os como irmãos e atraiu credibilidade social e política às suas ações conjuntas.

Por quê nós, espíritas, não podemos fazer o mesmo? Temos imensamente muito mais facilidade para fazê-lo. A doutrina que professamos não nos autoriza a intitularmo-nos donos da verdade. Ao contrário, deve nos infundir o espírito de humildade que permite mudanças de pontos de vista e o dever da solidariedade e da tolerância que propiciam a fraternidade.

Essa proposta não implica em qualquer sugestão de institucionalização de organismo central e unificador do movimento. As instituições existentes são suficientes para agregar os espíritas, dentro de suas concepções particulares. É muito natural que nos unamos, segundo nossas afinidades. Mas, se formos capazes de, todos, nos tolerarmos, dialogarmos, num clima que sugira uma verdadeira fraternidade, mesmo com algumas divergências, estaremos crescendo como um todo e facilitando, inclusive, a busca de uma unidade mais ampla de pensamento e ação.

Em todo o movimento, sempre haverá posições mais ou menos conservadoras. Mais ou menos progressistas. Essa é uma lei da vida. Tão natural que Kardec a formulou, desdobrando-a em duas LEIS MORAIS e igualmente importantes no processo dialético de crescimento do homem: a Lei de Conservação e a Lei de Progresso. É no embate dessas duas forças da natureza que propiciamos o crescimento conjunto e harmônico.

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira

Se desejamos um mínimo de união, precisamos agir com um mínimo de respeito.

E se sonhamos com uma verdadeira UNIFICAÇÃO, precisamos, urgente, estabelecer as bases fundamentais em torno das quais seja possível a UNIÃO de todos os espíritas.

BIBLIOGRAFIA:

- 01 – KARDEC, Allan – “Refutação a um Artigo de L’Univers”, Revista Espírita, Maio 1854.
- 02 – KARDEC, Allan – “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap.XVII, 4.
- 03 – SILVA, Gélvio Lacerda da – Artigo “Carta aberta ao presidente da CEPA”, boletim “Cepa Brasil”, maio/2000.
- 04 – ESPÍRITO SANTO, Ildefonso do – “Repensando o Movimento Espírita no Brasil”, Editora Minêmio Túlio – São Paulo, SP.
- 05 – FREITAS, Josué de – Artigo publicado no site WWW.novavoz.org.br, sob o título de “Os Laicos e a Doutrina Espírita”.
- 06 – IDEM - No mesmo site, artigo publicado em 26.2.99.
- 07 – Editorial da Revista “Reformador”, em setembro de 1994.
- 08 – Editorial da Revista “Reformador”, em novembro de 1994.
- 09 – Ofício Circular n. da FERGS às suas casas federadas.
- 10 – HAUCK, J.F. “A Igreja na Emancipação” in *História da Igreja no Brasil*, tomo II/2, p.128.
- 11 – MATEUS, Evangelho, Cap. 24, vers.14.
- 12 – HORTAL, Jésus de. “E Haverá um só Rebanho”, Edições Loyola.
- 13 – IDEM – Idem, Idem.
- 14 – IDEM – Idem, Idem, cap. “A Caminhada Ecumênica da Igreja Católica no Século XX”.
- 15 – “Base e Estatuto do CONIC, 1983, São Paulo, Edições Paulinas, p.7.
- 16 – KARDEC, Allan. , Revista Espírita, Dezembro 1868.
- 17 – IDEM, idem.

() Advogado, jornalista, procurador do Estado aposentado, Presidente da Confederação Espírita Pan-Americana (2000/04), diretor de Comunicação Social do CCEPA, editor do Jornal OPINIÃO, ex-diretor da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, conferencista, articulista, autor do livro “Se Todos Fossem Iguais...”.*

A CEPA E A ATUALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO – Milton Rubens Medran Moreira